



Às nove horas do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, MARA LÚCIA, CEZAR COLARES, ANTÔNIO JOSÉ e SÉRGIO LEÃO**; ausência justificada do Conselheiro **DANIEL LAVAREDA**; presença da Procuradora do Ministério Público junto ao TCM-PA, **MARIA REGINA CUNHA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Convocado o Auditor Alexandre Cunha e a Auditora Adriana Oliveira para apresentar proposta de Decisão, nos termos do inciso II, Artigo 72 do RI/TCM. Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 057/14. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 1200012005-00; Prefeitura Municipal de Palestina do Pará; Prestação de Contas - 2005; Responsável: Valciney Ferreira Gomes; Instrução: Auditores Sérgio Dantas e Márcia Costa 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora Conselheira Mara Lúcia. Retirado de pauta. Processo nº 320012012-00; Prefeitura Municipal de Igarapé Açu; Prestação de Contas - 2012 - Contas de Governo; Responsável: Sandra Miki Uesugi Nogueira; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Igarapé-Açu, a aprovação das contas de governo da Prefeitura, exercício de 2012, de responsabilidade de Sandra Miki Uesugi Nogueira, que deverá recolher ao FUMREAP, no prazo de trinta (30) dias, multa no valor de R\$-1.000,00, (hum mil reais), em razão dos gastos com pessoal do Executivo terem excedido em 0,37%, o limite previsto do Art. 20, III, "b", da LRF, na forma do Art. 282, I, "b", do RI/TCM/PA. Ausência por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 320012012-00; Prefeitura Municipal de Igarapé Açu; Prestação de Contas - 2012 - Contas de Gestão; Responsável: Sandra Miki Uesugi Nogueira; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Retirado de pauta. **Processo nº 1350012001-00; Prefeitura Municipal de Curuá; Prestação de Contas - 2001; Responsável: José Antônio Fausto da Silva; Instrução: 4ª Controladoria, Auditora Alessandra Braga; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Sérgio Leão.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas



da Prefeitura Municipal de Curuá, exercício de 2001, de responsabilidade do Sr. José Antonio Fausto da Silva, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 920012007-00; Prefeitura Municipal de Dom Eliseu; Prestação de Contas - 2007; Responsável: Klepler Wandson Figueiredo de Carvalho; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Sérgio Leão.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com o encaminhamento de cópias dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal a não aprovação das contas da Prefeitura Municipal Dom Eliseu, exercício financeiro de 2007 de responsabilidade do Sr. Kleper Wandson Figueiredo de Carvalho, com o recolhimento aos Cofres Públicos Municipais, no prazo de 30 (trinta dias), dos seguintes valores devidamente atualizados: R\$-60.932,07 (sessenta mil, novecentos e trinta e dois reais e sete centavos) referente ao lançamento à conta "Agente Ordenador" e; R\$-42.000,00 (quarenta e dois mil reais) referente ao pagamento irregular de subsídios ao Gestor Municipal; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 1110022008-00; Câmara Municipal de Breu Branco; Prestação de Contas - 2008; Responsável: Raimundo Pereira do Nascimento; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas da Câmara Municipal de Breu Branco, exercício financeiro de 2008, de responsabilidade de Raimundo Pereira do Nascimento, com o recolhimento ao FUMREAP da multa de R\$-2.000,00 (dois mil reais), pela remessa intempestiva da prestação de contas do 2º e 3º quadrimestres, nos termos do Art. 284, III e IV, do RI/TCM/Pa. **Processo nº 820022010-00; Câmara Municipal de Soure; Prestação de Contas-2010; Responsável: Ademar Cardoso Macedo; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Auditora convocado para apresentar proposta de Decisão: Adriana Oliveira (Conselheiro Cezar Colares).** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. A Auditora apresentou sua **proposta de Decisão: "pela irregularidade das contas prestadas pelo Sr. Ademar Cardoso Macedo, Presidente da Câmara Municipal de Soure, no exercício de 2010, com fundamento no Art. 32, inciso III, alíneas "b" e "e" da LO/TCM/PA, em razão do pagamento de diárias aos Vereadores sem comprovação da realização de viagens, devendo ser ressarcido aos Cofres Públicos o montante de R\$-51.000,00 (cinquenta e um mil reais); cópia dos autos encaminhamento ao Ministério Público Estadual, nos termos do Art. 78 da LO/TCM/PA".** **Em votação:** o Conselheiro Cezar Colares ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Antônio José, Conselheiro José Carlos Araújo, Conselheira Mara Lúcia e Conselheiro Sérgio Leão. O Conselheiro Aloísio Chaves não votou



pois não participou da leitura do relatório. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas prestadas pelo Sr. Ademar Cardoso Macedo, Presidente da Câmara Municipal de Soure, no exercício de 2010, com fundamento no Art. 32, inciso III, alíneas "b" e "e" da LO/TCM/PA, em razão do pagamento de diárias aos Vereadores sem comprovação da realização de viagens, com o recolhimento aos Cofres Públicos no montante de R\$-51.000,00 (cinquenta e um mil reais); cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, nos termos do Art. 78 da LO/TCM/PA. **Processo nº 503982011-00; Fundo Municipal de Saúde de Nova Timboteua;** Prestação de Contas – 2011 – Contas anuais de Gestão; Responsável: Josué Francisco da Silva; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas com aplicação de multa. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Nova Timboteua, exercício de 2011, de responsabilidade de Josué Francisco da Silva, com recolhimento ao recolher ao FUMREAP, no prazo de trinta (30) dias, das seguintes multas: R\$-3.000,00 – pela remessa fora do prazo do 1º e 3º quadrimestres, nos termos do Art. 120-B, IV do RI/TCM/PA - R\$-10.000,00, pela ausência de processos licitatórios, nos termos do Art. 120-A, parágrafo único, III, do RI/TCM/PA; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 503982012-00; Fundo Municipal de Saúde de Nova Timboteua;** Prestação de Contas – 2012 – Contas anuais de Gestão; Responsável: Josué Francisco da Silva; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade, com ressalvas das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas do Fundo Municipal de Saúde de Nova Timboteua, exercício de 2012, de responsabilidade de Josué Francisco da Silva, com recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, das seguintes multas: R\$-3.100,00 (três mil e cem reais), pelo atraso na remessa da prestação de contas do 1º ao 3º quadrimestres, nos termos do Art. 120-B, IV do RI/TCM; R\$-1.000,00 (mil reais), pelo não repasse ao INSS das contribuições retidas, nos termos do Art. 120-A, II, RI/TCM/PA. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 862022011-00; Fundo Municipal de Saúde de Viseu;** Prestação de Contas – 2011 – Contas anuais de Governo; Responsável: Valderéz Pena Torres Fortunato; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas do Fundo Municipal de Saúde de Viseu, exercício de 2011, com o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, de multa no valor de R\$-2.000,00 (dois mil reais), pelo



121 não repasse ao INSS das contribuições retidas, nos termos do Art. 282, I, alínea "b", do RI/TCM/PA.
122 Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 862172010-00;**
123 **Fundo Municipal de Assistência Social de Viseu;** Prestação de Contas – 2010; Responsável:
124 Daniel de Souza Dutra; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez
125 Gueiros; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o
126 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das
127 contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
128 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação,
129 com ressalva, das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Viseu, exercício de 2010, com
130 recolhimento ao FUMREAP, no prazo de trinta (30) dias, de multa no valor de R\$-2.000,00 (dois mil
131 reais), pelo não repasse ao INSS das contribuições retidas e não apropriação da totalidade dos
132 encargos patronais do exercício, nos termos do Art. 282, I, alínea "b", do RI/TCM/PA. Ausência, por
133 ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 862172011-00; Fundo**
134 **Municipal de Assistência Social de Viseu;** Prestação de Contas – 2011; Responsável: Terezinha
135 de Jesus Silva Magalhães; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez
136 Gueiros; Relator Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
137 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com
138 ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
139 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com
140 ressalva, das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Viseu, exercício de 2011, com o
141 recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, de multa no valor de R\$-2.000,00 (dois mil
142 reais), pelo não repasse ao INSS das contribuições retidas e não apropriação da totalidade dos
143 encargos patronais do exercício, nos termos do Art. 282, I, alínea "b", do RI/TCM/PA. Ausência, por
144 ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares e da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº**
145 **862172012-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Viseu;** Prestação de Contas –
146 2012; Responsável: Terezinha de Jesus Silva Magalhães; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério
147 Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães.
148 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
149 manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O
150 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
151 **unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas do Fundo Municipal de Assistência
152 Social de Viseu, exercício de 2012, com o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de trinta (30) dias, de
153 multa no valor de R\$-2.000,00 (dois mil reais), pelo não repasse ao INSS das contribuições retidas e
154 não apropriação da totalidade dos encargos patronais do exercício, nos termos do art. 282, I, alínea
155 "b", do RI/TCM/PA. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares e da Conselheira
156 Mara Lúcia. **Processo nº 862212012-00; Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do**
157 **Adolescente de Viseu;** Prestação de Contas – 2012; Responsável: Terezinha de Jesus Silva
158 Magalhães; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:
159 Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
160 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalva. A matéria



foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Viseu, exercício de 2012, com recolhimento ao FUMREAP, no prazo de trinta (30) dias, de multa no valor de R\$-2.000,00 (dois mil reais), pelo não repasse ao INSS das contribuições retidas, nos termos do Art. 282, I, alínea "b", do RI/TCM/PA.

Processo nº 300052004-00; Fundo Municipal de Saúde de Faro; Prestação de Contas – 2004; Responsável: Marinete Carvalho Machado; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas do Fundo de Municipal de Saúde de Faro, exercício de 2004, de responsabilidade da Sra. Marinete Carvalho Machado Pontes. **Processo nº 201107299-00; Câmara Municipal de Aurora do Pará; Recurso de Revisão contra a decisão do Acórdão nº 20.634 (Prestação de Contas de 2005); Responsável: Raimundo Nonato da Cruz Pinho; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento do presente Recurso para, no mérito, dar provimento ao mesmo, com a modificação do Acórdão nº 20.634, desta feita pela aprovação da prestação de contas da Câmara Municipal de Aurora do Pará, exercício financeiro de 2005, de responsabilidade do Sr. Raimundo Nonato da Cruz Pinho. **Processo nº 201013076-00; Centro de Valorização da Criança- CVC; Prestação de Contas do Convênio nº 006/2010, celebrado com a FUMPAPA/PMB – 2010; Responsável: Naum Dias de Freitas; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas prestadas pelo Senhor Naum Dias de Freitas, relativamente ao emprego da importância de R\$-31.680,00 (trinta e um mil, seiscentos e oitenta reais), recebidos através do Convênio nº 006/2010 (fls. 125/128), firmado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação Papa João XXIII - FUNPAPA, com a expedição do Alvará de Quitação. **Processo nº 201200905-00; Grupo Boto Tucuxi; Prestação de Contas do Convênio nº 005/2011, celebrado com a Prefeitura Municipal de Santarém, através da Secretaria Municipal de Cultura – 2012; Responsável: Edilberto Ferreira Costa; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas prestadas por Edilberto Ferreira Costa,



relativamente ao emprego da importância de R\$-112.000,00 (cento e doze mil reais), recebidos da Prefeitura Municipal de Santarém, através da Secretaria Municipal de Cultura, nos termos do Convênio nº 005/2011 (fls. 08/10), com a expedição do Alvará de Quitação, e a juntada dos presentes autos ao processo de prestação de contas da Secretaria Municipal de Cultura de Santarém, exercício 2011, para que seja procedida a encampação da falha ora suscitada, na Citação do Ordenador responsável, com vistas à apresentação de defesa e eventual regularização. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201309231-00; Creche Casa Lar Cordeirinho de Deus;** Prestação de Contas do Convênio nº 009/2011, celebrado com o Gabinete do Prefeito Municipal de Belém – 2013; Responsável: Noemi de Lima Rodrigues; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas prestadas por Noemi de Lima Rodrigues, relativamente ao emprego da importância de R\$-100.000,00 (cem mil reais), recebidas da Prefeitura Municipal de Belém, através do Gabinete do Prefeito, nos termos do Convênio nº 009/2011 (fls. 11/16), com expedição do Alvará de Quitação, e a juntada dos presentes autos ao processo de prestação de contas do Gabinete do Prefeito de Belém, exercício 2012, para que seja procedida a encampação das falhas ora suscitadas, na Citação do Ordenador responsável, com vistas à apresentação de defesa e eventual regularização. **Processo nº 200906595-00; Associação dos Amigos da Terra Firme;** Prestação de Contas do terceiro termo aditivo ao Convênio nº 033/2006, firmado com a FUMPAPA/PMB – 2009; Responsável: Heraldo Maria da Silva Coelho; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora: Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas da Associação dos Amigos da Terra Firme, referente ao Terceiro Termo Aditivo ao Convênio nº 033/2006, firmado com a Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA/PMB, com a expedição do Alvará de Quitação, no valor de R\$-4.860,00 (quatro mil, oitocentos e sessenta reais). **Processo nº 201217352-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém - IPAMB;** Aposentadoria – Portaria nº 1232/12, GP/ IPAMB, de 20.09.12 – Revisão de Proventos; Interessada: Ângela Maria Silva de Sousa; Ministério Público: Procuradora: Maria Regina da Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201216339-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Breves;** Aposentadoria – Portaria nº 0067/12; Interessada: Raimunda Miranda Nunes; Ministério Público: Procuradora: Maria Regina da Cunha; Auditora convocada para apresentar proposta de Decisão: Adriana Oliveira (Conselheiro Cezar Colares). Cumprindo dispositivo



regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Auditora apresentou sua proposta de **Decisão**: “*pelo registro da Portaria nº 067/2012, de 03 de agosto de 2012, do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Breves - IAPB, que aposentou a Sra. Raimunda Miranda Nunes no cargo de Professor Pedagógico com proventos integrais no valor de R\$ R\$ 3.434,57 (três mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e cinquenta e sete centavos), com fundamento no Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41*”. **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, pela Conselheira Mara Lúcia, pelo Conselheiro José Carlos Araújo, pelo Conselheiro Antonio José e pelo Conselheiro Sérgio Leão. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, pelo registro da Portaria nº 067/2012, de 03 de agosto de 2012, do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Breves - IAPB, que aposentou a Sra. Raimunda Miranda Nunes no cargo de Professor Pedagógico com proventos integrais no valor de R\$ R\$-3.434,57 (três mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e cinquenta e sete centavos), com fundamento no Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41. Às dez horas e vinte e cinco minutos, a Conselheira Mara Lúcia assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 201219739-00; Prefeitura Municipal de Paragominas**; Termo Aditivo aos Contratos Temporários Firmados com Roccelio Roberto Rodrigues da Cruz e Outros; Interessado: Paulo Pombo Tocantins; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: José Alexandre Cunha Pessoa (Conselheiro José Carlos Araújo). Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão**: “*pelo registro dos Termos Aditivos aos Contratos Temporários firmados com Roccelio Roberto Rodrigues da Cruz e outros*”. **Em votação**: o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, pela Conselheira Mara Lúcia, pelo Conselheiro Cezar Colares, pelo Conselheiro Antonio José e pelo Conselheiro Sérgio Leão. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro dos Termos Aditivos aos Contratos Temporários firmados com Roccelio Roberto Rodrigues da Cruz e outros. **Processo nº 201317279-00; Prefeitura Municipal de Parauapebas**; Contrato Temporário de Pessoal celebrado com Aldnuzia Rodrigues Silva Costa e outros; Interessado: Manoel Chaves Lima - Presidente; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: José Alexandre Cunha Pessoa (Conselheiro José Carlos Araújo). Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se contra o registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão**: “*pela negativa do registro aos Contratos Temporários firmados com Aldnuzia Rodrigues Silva Costa e outros, e a Prefeitura Municipal de Parauapebas*”. **Em votação**: o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pela Conselheira Mara Lúcia. O Conselheiro Cezar Colares acompanhou o Relator, porém acrescentou a recomendação de que a Prefeitura realize Concurso Público, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, pelo Conselheiro Antonio José e pelo Conselheiro Sérgio Leão. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,



decidiu pelo registro dos Contratos Temporários firmados com Aldnuzia Rodrigues Silva Costa e outros e a Prefeitura Municipal de Parauapebas, **por maioria**, com as recomendações de voto do Conselheiro Cezar Colares. Vencida a Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro José Carlos Araújo que não acompanharam as recomendações efetuadas. **Processo nº 201321071-00; Prefeitura Municipal de Parauapebas; Contrato Temporário de pessoal celebrado com Abia Saraiva Pereira e outros; Interessado: Wady Cecílio Sobrinho; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: José Alexandre Cunha Pessoa (Conselheiro José Carlos Araújo).** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se contra o registro dos Contratos. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão: "pelo registro aos Contratos Temporários firmados com Abia Saraiva Pereira e outros e a Prefeitura Municipal de Parauapebas". Em votação:** o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pela Conselheira Mara Lúcia. O Conselheiro Cezar Colares acompanhou o Relator, porém acrescentou a recomendação de que a Prefeitura realize Concurso Público, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, pelo Conselheiro Antonio José e pelo Conselheiro Sérgio Leão.. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelo registro dos Contratos Temporários firmados com Abia Saraiva Pereira e outros e a Prefeitura Municipal de Parauapebas, **por maioria**, com as recomendações de voto do Conselheiro Cezar Colares. Vencida a Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro José Carlos Araújo que não acompanharam as recomendações efetuadas. **Processo nº 201320992-00; Prefeitura Municipal de Parauapebas; Contrato Temporário de pessoal firmado com Antônio de Souza Filho e outros; Interessado: Wady Cecílio Sobrinho; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público manifestou-se contra o registro do Ato. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela diligência solicitada, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Em seguida, o Conselheiro José Carlos Araújo retornou a Presidência da Sessão. **Processo nº 201418499-00; Câmara Municipal de Acará; Outros – Representação – Despacho de Admissibilidade; Responsável: Maria Auxiliadora Natividade da Trindade; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator apresentou ao Plenário sua decisão, para conhecimento, nos termos do § 2º do Art. 292 do RI/TCM. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu decidiu homologar a Decisão do Conselheiro Relator pela admissibilidade da Denúncia. **Processo nº 620012002-00; Prefeitura Municipal de Redenção do Pará; Reabertura 2002 – Pedido de Reabertura de instrução; Responsável: Mário Aparecido Moreira; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: José Alexandre Cunha Pessoa (Conselheiro José Carlos Araújo).** Cumprindo dispositivo regimental, o Auditor apresentou sua proposta de **Decisão: "pela reabertura da instrução do processo". Em votação:** o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, pela Conselheira Mara Lúcia, pelo Conselheiro Cezar Colares, pelo Conselheiro Antonio José e pelo Conselheiro Sérgio



Leão. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela reabertura de instrução das contas da Prefeitura Municipal de Redenção do Pará, do exercício de 2002, nos termos do voto do Relator. **Processo nº 201419480-00; Prefeitura Municipal de Tucuruí; Denúncia com Pedido Cautelar; Denunciante: Rosilane Socorro Evangelista da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Relatora apresentou ao Plenário sua decisão, para deliberação, nos termos do § 1º do Art. 144, Art. 290 e seguintes do RI/TCM/PA. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu homologar a decisão apresentada. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**: a Conselheira Mara Lúcia pediu a palavra para apresentar proposta de Resolução referente a prorrogação da competência fiscalizatória dos grupos de municípios sorteados para o biênio 2013/2014, para prévio conhecimento dos Conselheiros e posterior manifestação. O Conselheiro Aloísio Chaves solicitou que fosse realizada reunião Administrativa para discutir a matéria, no que foi acatada pela Presidência e anunciada reunião para o dia 26.11.2014, às 10 (dez) horas. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS**: Relator: Auditor Convocado Sérgio Franco Dantas: 1) Processo nº 201217572-00; Origem: Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Assunto: Revisão de proventos da Aposentadoria de Ruth Coeli de Almeida Medeiros. 2) Processo nº 201300141-00; Origem: Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Assunto: Revisão de proventos da Aposentadoria de Ruth Helena Lima Camorim. 3) Processo nº 201107496-00; Origem: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua; Assunto: Aposentadoria de Maria Raimunda Gomes Soares. 4) Processo nº 201216459-00; Origem: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua; Assunto: Aposentadoria de Maria do Socorro Oliveira Carvalho. 5) Processo nº 201302312-00; Origem: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua; Assunto: Pensão de Ciro Dylan Jessu Melo. **PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às onze horas e quarenta e cinco minutos da qual foi lavrada a presente Ata. Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e cinco de novembro de dois mil e quatorze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**
Presidente da Sessão

Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**
Presidente da Sessão